

As alterações ambientais no Oeste catarinense (Brasil) nas décadas de 1960 e 1980

Professora Doutora Samira Peruchi Moretto
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó/UFFS
E-mails: samirapm@gmail.com, samira.moretto@uffs.edu.br

Linha Temática: Transformações históricas da Paisagem

A região Oeste do Estado de Santa Catarina, ocupada originalmente pela Floresta de Araucárias, passou por diversas transformações ambientais, em sua maioria, provocadas pela antropização da paisagem. Na primeira metade do século XX, após o processo de colonização da região, houve a intensificação do desmatamento em função da instalação de madeireiras. A venda da madeira foi caracterizada como a atividade de maior importância em diferentes regiões do Estado, durante as décadas seguintes. Passando para a segunda metade do século XX, em função da decadência dos recursos florestais, catalisadas pelo desmatamento desenfreado, houve a busca por novas atividades econômicas para a região. Nesta mesma época surgem medidas legais que foram de suma importância para subsidiar as novas investidas, como a revisão e eventualmente a promulgação do Código Florestal de 1965. O presente trabalho propõe analisar o processo histórico da transformação ambiental no Oeste do Estado, no período de 1960 a 1980, assim como as principais medidas legais envolvidas em tais processos. Como exemplo, pode-se citar a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), fundado para substituir o Instituto Nacional do Pinho (INP) que incentivou, na década de 1960, o plantio de *Pinus spp*, na região do Oeste do Estado, considerado, na época, uma alternativa à exploração desenfreada da araucária. Outro aspecto importante na região, foi a introdução de espécies exóticas, visando a monocultura em larga escala, podendo ser citada como exemplo a soja (*Glycine max*), que se tornou atividade preponderante em grande parte do sul do Brasil. A ocupação, o desmatamento e a implementação de espécies exóticas na região, descaracterizaram a paisagem e ameaçam a reconstituição da floresta nativa. Foram décadas de alterações, sem medidas legais vigentes ou atuantes, que acarretaram em diversas perdas para o meio natural. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a Mata Atlântica passou a ser considerada patrimônio nacional, havendo, de certa maneira, maior controle nas ações sobre o meio ambiente. O presente trabalho, será desenvolvido através dos preceitos da História Ambiental, observando as relações dos diferentes grupos sociais que ocuparam a região com o meio ambiente. Para desenvolver esta pesquisa, foram utilizadas como fontes: relatórios de governo, censos demográficos, relatórios das companhias colonizadoras, os periódicos regionais e estaduais e a legislação federal. Visa-se, portanto, entender como o processo de ocupação influenciou o processo de transformação da paisagem, podendo auxiliar nas futuras medidas para conservação dos ecossistemas envolvidos. Este trabalho traz discussões parte dos resultados das pesquisas desenvolvidas nos projetos “As medidas de preservação e conservação no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1970 e 1980” e “Os usos do meio ambiente no Oeste de SC: medidas de conservação nas décadas de 1970 a 2000”. Apoio Financeiro: FAPESC e CNPq.